



Anais da Assembleia

Nº 26

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 07 DE ABRIL DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 1978

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Jayme Rodrigues Carvalho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão, anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM N.º 36/78

Curitiba, 31 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 24 de fevereiro de 1978, ao Convênio celebrado em 09 de novembro de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de DIAMANTE DO NORTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 37/78

Curitiba, 31 de dezembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 24 de fevereiro de 1978, ao Convênio celebrado em

29 de setembro de 1977, entre o Estado do Paraná e o Município de PRESIDENTE CASTELO BRANCO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 38/78

Curitiba, 31 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 24 de fevereiro de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de ITAGUAGÉ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 39/78

Curitiba, 31 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 08 de março de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de ASSAÍ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 40/78

Curitiba, 31 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 24 de fevereiro de 1978, ao Convênio celebrado em 05 de novembro de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de MANDAGUAÇU, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto

do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 41/78

Curitiba, 31 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva revogar os dispositivos que especifica, da Lei n.º 6568, de 24 de junho de 1974, para, em conseqüência, extinguir o Fundo Estadual de Habitação Popular — FUNDHAP.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 82/78, de 08 de março de 1978, da Secretaria de Estado do Interior, diz, com o necessário detalhe, sobre a necessidade, oportunidade e elevado interesse público de que está revestida a medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam revogados os itens IV e V, do art. 2.º; o art. 3.º e seus parágrafos (com nova redação dada ao "caput" pela Lei n.º 6.888, de 6-7-77); e o art. 4.º e seu parágrafo, todos da Lei n.º 6.568, de 24 de junho de 1974, ficando, em conseqüência, extinto o Fundo Estadual de Habitação Popular — FUNDHAP.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 42/78

Curitiba, 31 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de auxílio e cooperação, n.º 04/77, celebrado em 24 de janeiro de 1978, pelo Governo do Estado, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças, da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, com o Município de BACAÍÚVA DO SUL, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 43/78

Curitiba, 05 de abril de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convê-

nios de auxílio e cooperação celebrados pelo Governo do Estado, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças, da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, com os municípios abaixo especificados, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

MUNICÍPIO	N.º e Data da Celebração
ALMIRANTE TAMANDARÉ	06/77-SEPL - 22/02/78
ARAUCÁRIA	07/77-SEPL - 22/02/78
CAMPO LARGO	10/77-SEPL - 22/02/78
MANDIRITUBA	12/77-SEPL - 22/02/78
PIRAQUARA	13/77-SEPL - 22/02/78
QUATRO BARRAS	14/77-SEPL - 22/02/78
RIO BRANCO DO SUL	15/77-SEPL - 22/02/78.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 44/78

Curitiba, 05 de abril de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios de auxílio e cooperação celebrados pelo Governo do Estado, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, com os municípios abaixo especificados, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

MUNICÍPIO	N.º e Data da Celebração
PORTO VITÓRIA	26/77-SEPL - 22/02/78
CAMPO TENENTE	31/77-SEPL - 22/02/78
CERRO AZUL	32/77-SEPL - 22/02/78
GUARAUQUEÇA	34/77-SEPL - 22/02/78.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 45/78

Curitiba, 05 de abril de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios abaixo especificados, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços voltados ao desenvolvimento urbano dos municípios signatários:

MUNICÍPIO	N.º e Data da Celebração
ALMIRANTE TAMANDARÉ	01/78-COMEC - 22/02/78
ARAUCÁRIA	04/78-COMEC - 22/02/78

CAMPO LARGO 05/78-COMEC - 22/02/78
 RIO BRANCO DO SUL 06/78-COMEC - 22/02/78
 MANDIRITUBA 07/78-COMEC - 22/02/78
 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS 08/78-COMEC - 22/02/78.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
 Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento nesta Capital do eminente Desembargador Doutor Marçal Justen.

Solicita-se que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada e ao Egrégio Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O Desembargador Marçal Justen integrante da mais alta Corte de Justiça de nosso Estado, por suas qualidades pessoais aliadas a um inegável e reconhecido saber jurídico, dedicou toda a sua vida à causa da Justiça.

Quer nas Comarcas do Interior onde iniciou sua carreira, quer no desempenho das mais elevadas funções que lhe foram cometidas, pautou a sua conduta dentro da mais consciente obediência à lei e à justiça, demonstrando sempre profundo respeito ao homem.

Lamenta todo o Paraná a sua irreparável perda e esta Casa associa-se, manifestando profundo pesar pela lacuna deixada por sua morte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer voto de pesar pelo falecimento do Excelentíssimo Senhor Desembargador MARÇAL JUSTEN, ocorrido no dia de hoje, nesta cidade de Curitiba.

O extinto, exerceu por quase trinta anos a carreira de Magistrado, sempre se havendo com brilhantismo e honestidade em seus julgamentos, deixando assim uma grande lacuna tanto dentro da Magistratura, como entre seus parentes e amigos.

Outrossim, requer ainda, que se dê ciência, à família enlutada, endereçada à Rua Ângelo Sampaio, 1.000, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o douto Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador Sr. MARÇAL JUSTEN, ocorrido nesta Capital.

Face o ocorrido e em homenagem póstuma, requeiro a suspensão da presente sessão, dando-se ciência da aprovação do requerido ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na medida em que isso for possível, pretendo não deixar trair-me pela emoção. Faleceu, nesta madrugada o Desembargador Marçal Justen. O seu abrupto desaparecimento abre uma irreparável lacuna na vida judiciária paranaense.

Conheci-o em sua inteireza. A bem dizer, fazem 34 anos, exatamente a minha idade que eu o conheço. Com ele convivi desde tenra idade, praticamente em todos os momentos de sua exemplar e fulgurante vida. Do Juiz que iniciou a sua carreira em 1943 — que esteve em Laranjeiras do Sul, em Guarapuava, em Pirai do Sul, em Ponta Grossa, em Curitiba, e que em 1969 chegou ao Tribunal de Justiça. Do homem, excelente chefe de família, amigo leal e incondicional, culto, inteligente e honesto. Vejo na sua morte a perda de notável homem público, em meio ao deserto de homens, plenos de grandeza e preocupados com o bem comum, que hoje, infelizmente, toma conta do Paraná. E neste deserto ele sempre foi um oásis, onde todos iam buscar inspiração e até conforto.

Sinto na sua morte a queda de um formidável Magistrado, que como poucos soube ser como escreveu Mário Guimarães, o verdadeiro Juiz, isto é, aquele que "o fazer a Justiça é o alvo, a tarefa, a missão, o sacerdócio". Lamento na sua morte a diminuição violenta no meu único e melhor patrimônio — os meus amigos.

Ele era um confidente; quando disso eu precisei; ele era um apoio, sempre; que eu necessitei; ele era um companheiro que nunca me faltou em todas as horas; ele era o meu mais apurado sensor e crítico, que jamais deixei de ouvir.

Como a Justiça do meu Estado, como todos aqueles, enfim, que compartilham de sua vida, principalmente nesses 35 anos de Judicatura, eu estou pesaroso e profundamente triste com o seu falecimento.

Creio que esta Casa também saberá reverenciar a morte de Marçal Justen.

O Sr. Erondy Silvério — Nobre Deputado, eu sei que não é permitido aparte no Pequeno Expediente, mas numa homenagem tão justa e tão sincera como a que V. Ex.^a está prestando ao Desembargador Marçal Justen, eu quero que fique consignado nos Anais da Casa, a minha tristeza enfim, deve ser o pensamento de todos os Srs. Deputados nesta Casa que viam no ilustre Desembargador Marçal Justen, uma das glórias da Justiça do Paraná. Homem correto, homem justo, as suas sentenças aí estão para comprovar a retidão do seu caráter.

É uma perda dificilmente preenchida na Magistratura do Paraná. Eu quero me solidarizar com V. Ex.^a e que fique consignado o meu profundo pesar, pelo desaparecimento de tão eminente vulto, da Justiça do Paraná.

Era o aparte.

O SR. ACCIOLY NETO — Agradeço a V. Ex.^a e não mais querendo, Sr. Presidente, falar, desejo apenas significar que o Desembargador Marçal Justen, foi realmente um grande homem, filho de Curitiba, que lhe viu nascer na primavera de 1917, e que infelizmente, o vê desaparecer no outono de 1978.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Mesa também se solidariza com as condolências apresentadas da tribuna, pelo Sr. Deputado Accioly Neto, de profundo pesar, pelo falecimento nesta Capital do eminente Desembargador, Dr. Marçal Justen.

O Desembargador Marçal Justen, integrante da mais alta Corte de Justiça do nosso Estado, por suas qualidades pessoais aliadas ao impecável e reconhecido saber jurídico, dedicou toda a sua vida à causa da Justiça. Quer nas comarcas do Interior

onde iniciou sua carreira, quer no desempenho das mais elevadas funções que lhes foram atribuídas, pautou a sua conduta dentro da mais consciente obediência à Lei e à Justiça, demonstrando sempre profundo respeito ao homem.

Lamenta todo o Paraná a sua irreparável perda, e esta Casa não poderia deixar de associar-se, manifestando também o seu profundo pesar, pela lacuna deixada por sua morte.

Existem sobre a mesa, requerimentos de pesar subscritos pelo Deputado Ivo Thomazoni, pelo Deputado Jurandir Messias e pelo Sr. Deputado Accioly Neto, este último além de requerer a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar, requer também, a suspensão da sessão, desta presente sessão em respeito, em sinal de sentimento, pelo falecimento do Sr. Desembargador, Dr. Marçal Justen, ocorrido nesta Capital.

Juntamente com a votação do requerimento que pede a suspensão da sessão, serão também colocados em votação os demais requerimentos que inserem voto de pesar na ata dos trabalhos desta Casa, pelo falecimento do Sr. Desembargador.

Em votação os requerimentos de pesar e o requerimento de levantamento da sessão.

Os Srs. Deputados que os aprovam, permaneçam como estão. — **APROVADOS** os requerimentos. E em consequência, suspensão a sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para dia 10, segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 146, 153 e 165/77.

Levanta-se a sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 136/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11.908, de 29 de novembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ALCEU IVO COSTA CURTA, matrícula n.º 040, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, categoria especial, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio compreendido entre 24 de janeiro de 1962 e 24 de maio de 1971, antecipado em razão das férias de 1963, 1964, 1965 e 1966, contadas em dobro; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do mesmo Art. 248, da já citada Lei, o tempo de seis (06) meses, correspondentes ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 24 de maio de 1971 e 14 de fevereiro de 1975, antecipado em razão da incorporação de seu primeiro decênio e das férias de 1972 (15 dias) e 1973, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 137/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1379, de 02 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150,

da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de TEREZINHA BARBOSA DE MOURA E CLARO, matrícula n.º 135, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 138/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 12.306, de 07 de dezembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de LUIZ FERNANDO GOTTARDI, matrícula n.º 546, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, referente ao terceiro quinquênio, compreendido entre 08 de janeiro de 1973 e 08 de setembro de 1976, antecipado em razão da incorporação referente ao primeiro decênio e da contagem das férias de 1973 e 1975, contadas em dobro, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente.

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 139/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 12492, de 12 de dezembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar, LUIZ AUGUSTO CANTADOR, matrícula n.º 507, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para responder pela Chefia da Seção de Documentação Histórica da Divisão de Documentação, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, enquanto perdurar o afastamento do titular Joubert da Silva Santos.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 140/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1358, de 02 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a ANTÔNIO CARLOS DANTAS, matrícula n.º 304, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, a partir de 11 de janeiro de 1978, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de

16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 141/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 451, de 16 de janeiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JANET DA SILVA SANTOS, matrícula n.º 338, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referente ao ano de 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, do tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, vencido em 18 de fevereiro de 1975, antecipado em razão da incorporação referente ao seu primeiro decênio e da contagem das férias dos anos de 1970, 1971 (15 dias), 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro, excluídas as férias de 1975 e 1976, que só trarão benefícios futuros.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 142/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1205, de 27 de fevereiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JUARES DE QUADROS GONÇALVES, matrícula n.º 513, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei n.º 6174, a partir de 10 de fevereiro de 1978, data que, em razão da contagem retro, completou quinze (15) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 143/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1221, de 28 de fevereiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a HENRIQUE WOJCIK, matrícula n.º 460, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 13 de janeiro de 1978, data em que completou

trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de janeiro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 144/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1219, de 28 de fevereiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, ao funcionário EDGAR SANTOS BUQUERA, matrícula n.º 485, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do parágrafo único, da Lei n.º 6174, de 16 de janeiro de 1970, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 31 de julho de 1962 a 31 de maio de 1967, antecipado em razão das férias de 1966, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 145/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 282, de 10 de janeiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de IBANEZA SANTOS SALLES, matrícula n.º 122, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referente ao ano de 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, nos termos do Art. 248, da mesma Lei n.º 6174, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 07 de maio de 1971 e 07 de junho de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias de 1971 (15) dias, 1972 e 1973, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 146/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 437, de 16 de janeiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ANTÔNIO ALVES DE OLIVEIRA NETO, matrícula n.º 094, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro

decênio, vencido em 05 de agosto de 1960, antecipado em razão da contagem das férias de 1955, 1956, 1957 (15 dias), 1958 e 1959, contadas em dobro;

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da supra citada Lei n.º 6174, referente ao quarto quinquênio, vencido em 06 de dezembro de 1968, data antecipada em razão da incorporação referente ao primeiro decênio, em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, mas, obedecida a prescrição quinquenal, deverá o benefício ser pago a partir de 13 de janeiro de 1973, perfazendo um total de vinte por cento (20%); e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da mesma Lei n.º 6174, referente ao quinto quinquênio, vencido em 06 de dezembro de 1973, data em que, em razão da incorporação retro, completou vinte e cinco (25) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 147/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1412, de 03 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE :

conceder, ao funcionário MAXIMINIO CARDOSO, matrícula n.º 573, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do parágrafo único, do Art. 247, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, três (03) meses de licença especial em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 23 de março de 1971 e 23 de março de 1975, antecipado em razão da incorporação referente ao 1.º decênio, excluídas as férias de 1976, que só trarão benefícios futuros.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 148/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1138, de 23 de fevereiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE :

conceder, a DELTA DE ALMEIDA CARDOSO, matrícula n.º 239, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 21 de dezembro de 1977, data que completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%) de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 149/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1089, de 22 de fevereiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE :

conceder, a JAHYR DALAGASSA, matrícula n.º 075, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 28 de janeiro de 1978, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), de acordo com o da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 150/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 861, de 13 de fevereiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE :

conceder, a SALOMÃO DE SOUZA ANDRADE, matrícula n.º 405, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 28 de janeiro de 1978, data que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 151/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 12462, de 09 de dezembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE :

conceder, a AYRTON COSTA LOYOLA, matrícula n.º 002, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 29 de maio de 1977, data que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 152/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1226, de 28 de fevereiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE :

conceder, a EDGAR TÁVORA JÚNIOR, matrícula n.º 139, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 28 de fevereiro de 1978, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente; QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário; JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 153/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 414, de 12 de janeiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de BOLIVAR CAMARGO BARROS, matrícula n.º 115, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1977, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da supra citada Lei n.º 6174, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial que deixou de usufruir, referente ao segundo decênio, compreendido entre 09 de dezembro de 1969 e 09 de janeiro de 1978, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1971 (15 dias), 1973, 1975, 1976 e 1977, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 154/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1987, de 14 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

exonerar a pedido PARREIRAS RODRIGUES, ocupante do cargo em Comissão, de Assessor de Gabinete, símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado Osório Valter Pietrângelo, a partir de 15 de março de 1978.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 155/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1987, de 14 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a pedido, a partir de 15 de março de 1978, o Decreto Legislativo n.º 455/77, de 15 de junho de 1977, que mandou pagar a PARREIRAS RODRIGUES, ocupante do cargo em Comissão de Assessor de Gabinete, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Osório Valter Pietrângelo, as cotas de salário-família, correspondente a sua esposa Eliza Filomena Caniatti Rodrigues e a filha do casal Alessandra Emmanuella Rodrigues.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 157/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2023, de 15 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

Art. 1.º — O Coordenador de Execução de Auxílios Sociais, poderá manter numerário em caixa, para atendimento das disposições constantes na Resolução 19/69.

Art. 2.º — Os donativos pessoais previstos na Resolução 19/69,

não poderão ultrapassar a Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), por processo.

Art. 3.º — Além dos casos previstos na Resolução 19/69, de 15 de agosto de 1969, caberá no presente exercício, ainda, a aplicação da Verba de Assistência Social, por parte dos Senhores Deputados Estaduais, usando de suas respectivas quotas disponíveis no atendimento social aos necessitados, mediante:

I — Aquisição de material escolar, instrumento de trabalho, alimentos, agasalhos, roupa de cama, medicamentos, aparelhos ortopédicos, auditivos, visuais, cadeiras de roda e outros auxílios análogos aos citados;

II — Pagamento de bolsas de estudos para todo e qualquer curso com finalidades profissionalizante, inclusive cursos de 1.º e 2.º graus, vestibulares e superiores, em estabelecimentos sediados neste Estado;

III — Pagamento de hospitais, casa de saúde, pensões, empresas funerárias, empresa de transportes de pessoas e suas mudanças, entidades esportivas amadoras desprovidas de recursos e empresas fornecedoras de material esportivo.

Parágrafo único — O pagamento das despesas constantes do presente artigo somente será liberado mediante a apresentação da nota fiscal ou fatura correspondente aos serviços autorizados pelo Deputado Estadual, expedindo-se cheque nominal em favor da pessoa emitente dos documentos contábeis.

Art. 4.º — Suspender a vigência do Decreto Legislativo n.º 584/77, de 30 de agosto de 1977, até a data de 16 de dezembro de 1978.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 158/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 154/77, de 25 de março de 1977, que designou para exercer as funções de Chefe da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, do Departamento de Pessoal, o funcionário ADILSON VICENTINI, matrícula n.º 110, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar o funcionário acima mencionado, para exercer as funções de Chefe da Seção Administrativa, do Departamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 159/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 164/77, de 30 de março de 1977, que designou o funcionário LUIZ CARLOS MOLINARI, matrícula n.º 090, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção Administrativa do Departamento de Pessoal; e,

II — designar o funcionário acima mencionado, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI

Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

2.º Secretário

ATA DAS COMISSÕES.**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA
APURAR A SITUAÇÃO DA ECONOMIA PARANAENSE**

Aos vinte e nove dias do mês de março de mil novecentos e setenta e oito, às 9:30 horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito da Economia Paranaense. Presidida pelo Senhor Deputado Renato Bernardi, contou com a presença dos Senhores Deputados Alfredo Gulin, Jorge Sato, Deni Schwartz, Nilso Sguarezi e Lineu Turra. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos desta reunião, convocada com a finalidade de fixar diretrizes para a continuidade normal da ouvida de depoimentos e demais assuntos pertinentes ao objeto da Comissão. Antes de deixar livre o uso da palavra, o Sr. Presidente, comunica aos Senhores membros que a partir desta data, assume, efetivamente sua condição de membro desta Comissão o Senhor Deputado Lineu Turra, substituindo o Senhor Deputado Enéas Faria. Enaltece o Senhor Presidente a aquisição do nobre Deputado Lineu Turra, considerada muito valiosa. Deixada livre a palavra, cada um dos Senhores Deputados membros sugere nomes de pessoas a ser convocadas a depor perante a Comissão, cujo rol ficou assim constituído: Professor João Bigarella; Sr. Nathalio Kunsminski, Diretor da Empresa Metalnobre S.A.; Dr. Hélio Duque; Dr. Luiz Antônio Fayet, Presidente do BADEP; Pastor Gernot Kirinos; Engenheiro José Burigo; Sr. Atavir Zaniolo, presidente da Federação das Indústrias; o Sr. Presidente ou membro representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; o Sr. Haroldo Leon Peres; Sr. Carlos Alberto Pereira de Oliveira, da Federação do Comércio, o Dr. Paulo Cruz Pimentel e o Ministro Ney Braga. Aprovada a relação, passaram a ser discutidos os demais assuntos motivadores da reunião. Proposta e aprovada a realização de duas reuniões semanais, às quartas e quintas-feiras. Por proposição do Deputado Deni Schwartz, aprovada, ficou decidido convidar a prestar seu Depoimento perante a Comissão, o ex-Deputado Paraguaio Domingos Laynes, que o fará sob forma de Palestras. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a presente reunião, marcando a próxima para o dia 05 de abril, ocasião que deverá depor perante a Comissão o Professor João José Bigarella, Diretor do Departamento de Geologia da Universidade Federal do Paraná. Da reunião, extraí a presente Ata, que após lida e aprovada, será por mim e pelo Senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos legais.

(a) RENATO BERNARDI — Presidente

(a) ALBERTO CARAZZAI NETO — Secretário

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DO MENOR.**

Às quatorze horas do dia cinco de dezembro de um mil, novecentos e setenta e sete, reúnem-se os Senhores membros da Comissão Especial Destinada a Investigar a Situação do Menor. É registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ezequias Losso, Valter Pietrângelo e Renato Bernardi. Face à existência de número legal, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. Procedendo-se à leitura da ata da reunião realizada no dia onze de outubro, foi esta aprovada com a seguinte observação: do Senhor Deputado Valter Pietrângelo, retificando o nome do autor da sugestão de se manter articulação com o I.A.M., no momento em que a Casa estava prestes a apreciar a Proposta Orçamentária para o exercício financeiro de 1.978, que constou como se fora o dele, quando fora feita pelo Deputado Renato Bernardi. Em seguida, é feita a leitura da ata da reunião realizada no dia vinte e cinco de outubro. Em votação é a mesma aprovada. O Senhor Presidente solicita à Secretária que proceda à leitura do seguinte expediente: Ofício nº 500, do Senhor Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, comunicando que aceitará o convite para depor perante a presente Comissão e solicitando as providências para o ajuste de dia e hora para fazê-lo; Ofício nº Gab. 1616, do Senhor Chefe do Gabinete da Presidência da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, com sede no Rio de Janeiro, consultando acerca da data em que o presidente daquela entidade poderá realizar palestra, a convite desta Casa. Em seguida, o Senhor Deputado Renato Bernardi, com a palavra, tece considerações em torno

do fato de não ter atendido convite para comparecer perante esta Comissão Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Segurança, expressando sua estranheza pelo fato de que o Senhor Delegado de Menores desta Capital, que aqui compareceu em dia e hora designado àquela autoridade, ao responder a arguição que lhe fora feita na ocasião, isto é, se viera como representante do Senhor Secretário de Segurança, o fez pela negativa, informando que, face à viagem que o Senhor Secretário de Segurança teve que encetar de afogadilho, atendeu ao chamado. Continuando, afirma o Deputado, que sua estranheza se fundamenta no fato de que Sua Excelência o Senhor Secretário de Segurança Pública confirmara seu comparecimento no final da tarde anterior e que o Senhor Delegado de Menores apresentou um relatório pormenorizado sobre atividades daquele órgão, cuja elaboração custou a vigília de funcionários. O Senhor Presidente esclarece que, em virtude da impossibilidade de aqui comparecer na ocasião, Sua Excelência o Senhor Secretário de Segurança Pública, o Senhor Delegado de Menores aproveitou o ensejo para comparecer, atendendo a convite que lhe fora formulado anteriormente. O Senhor Deputado Valter Pietrângelo, com a palavra, após justificar o motivo por que não compareceu na reunião anterior, apresenta à consideração dos demais Senhores membros seu relatório sobre a atuação da Comissão, que será publicado em anexo à presente ata, propondo a transferência das atividades da atual Comissão à Comissão Parlamentar de Inquérito, recentemente criada nesta Casa para apurar o aumento da criminalidade. Em votação, é o Relatório aprovado. Nestas condições, o Senhor Presidente dá por encerrados os trabalhos da presente Comissão, declarando que, de acordo com a proposta do Relator, enviará, através da Presidência da Casa, o "dossier" desta Comissão à C.P.I. destinada a apurar o aumento da criminalidade. Em seguida, agradece a colaboração que a Comissão mereceu por parte de seus membros, asseverando que, dentro das possibilidades a que está adstrita, ela desempenhou efetivamente suas funções, haja vista que a presença e atuação conjunta de seus membros é "conditio sine qua non" para atingir os fins desejados. Logo após, suspende a reunião, por dez minutos, a fim de ser elaborada a presente ata.

Reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente solicita à Secretária que proceda à leitura da ata, sendo a mesma aprovada sem observações, que será, pelo Senhor Presidente e por mim assinada e finalmente publicada, para que produza os efeitos legais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos da Comissão Especial Destinada a Investigar a Situação do Menor.

(a) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

(a) Myrthes Gomes — Secretária

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Formada por força de requerimento proposto pelo companheiro Nilso Sguarezi, aprovado por esta Casa, a Comissão Especial que integramos e que tem procurado estudar o problema do menor abandonado no Paraná, conseguiu nesse longo tempo de existência juntar e analisar o excelente material, dentre: artigos, estatísticas, depoimentos, relatórios, informações, visitas a órgãos de correção e assistência, entrevistas e outros. Destarte, consideramos o acervo muito bom. A Comissão pretende ainda estender as suas atividades, ouvindo dezenas de autoridades (jurídicas, educacionais, de promoção social, jornalísticas, políticas, da administração pública, do poder judiciário, religiosas, da polícia e outras), com diversos nomes já apreciados, aprovados e que constam de atas. Entretanto, por considerar que este Poder houve por bem acolher a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as causas do aumento da criminalidade no Estado do Paraná, de iniciativa do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, e que irá analisar e buscar soluções para o grave problema do aumento do índice criminal, bem como, conhecer o que se faz, o que se deverá fazer, através de formas, fórmulas e circunstâncias da repressão, educação e assistência do menor carente, tendente à delinqüência, em processo de delinqüência, ou já marginalizado. Compreendo que à referida C.P.I., cabe, de agora em diante, a tarefa que a Comissão Especial do Menor não pôde realizar como desejava.

Senhores Deputados, a legislação concede à Comissão Parlamentar de Inquérito, força, poder e amparo, que absolutamente enexistem

nas Comissões Especiais. E poderá a C.P.I., com ampla objetividade e muito mais seriedade, desempenhar uma função sagrada, espinhosa e a mais prioritária, que é a de se ocupar com o maior problema do Brasil, a Nação que possui mais de quatro milhões de menores abandonados, com os serviços de atendimento ainda embrionários, e o pior, é que os sintomas dão conta de que o Governo ainda está inconsciente. Possuímos uma legislação que tem mais de cinquenta anos, arcaica e ineficiente para o setor e, a totalidade dos órgãos do Governo e particulares ainda não conseguiu atender, amparar e educar dez por cento. Além do mais,

com o prosseguimento da Comissão Especial será efetuado, não com a mesma eficiência, mas simultaneamente serviço idêntico.

Assim exposto, proponho que esta Comissão Especial do Menor encerre agora os seus trabalhos e transfira à Comissão Parlamentar de Inquérito, que iniciará suas atividades, analisando as causas, efeitos e soluções da criminalidade, todo o material colecionado e classificado e que vai além de quatrocentas laudas.

VALTER PIETRÂNGELO

Relator